

# OS NACIONALISTAS E A DEFESA DA ELETROBRÁS NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK\*

Marcelo Squinca da Silva

Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)

profschi@terra.com.br

## Resumo:

Neste texto buscamos examinar o conteúdo dos embates entre os representantes dos segmentos sociais no Brasil denominados *privatistas* e *nacionalistas* ocorridos durante o governo Juscelino Kubitschek, principalmente quais eram os posicionamentos dos setores que defendiam a maior intervenção do governo em detrimento da iniciativa privada e o teor de suas críticas à equipe governamental kubitschekiana em relação às suas ações para o setor elétrico. A postura *privatista* dos integrantes do governo JK foi alvo de muitas divergências, não apenas dos altos escalões do governo, mas também entre os integrantes da própria burguesia que comungavam outros interesses e, portanto defendiam posições contrárias à posição dos acima citados. Suscitou também controvérsias entre integrantes da sociedade civil, que se manifestava por intermédio do Partido Comunista Brasileiro, de técnicos, intelectuais e políticos e cujas posições expressavam em jornais da época. Trata-se dos *nacionalistas*, que consideravam as posições dos mais altos escalões do governo Kubitschek como nocivas aos interesses nacionais.

## Palavras chave:

Energia Elétrica, Eletrobrás e nacionalismo

## Abstract:

In this text we examine the contents of the clashes between the representatives of social sectors in Brazil called privatizing and nationalists occurred during the Juscelino Kubitschek government, especially what were the positions of the sectors that advocated greater government intervention to the detriment of private initiative and its content criticism of the government team kubitschekiana in respect of its shares for the electricity sector. The attitude of the members of the government privatized JK was the target of many differences, not just the upper echelons of government but also among members of the bourgeoisie itself who shared other interests, and therefore advocated positions contrary to the position of the above. Also aroused controversy among members of civil society, manifested through the Brazilian Communist Party, technicians, intellectuals and politicians whose positions expressed in newspapers. This is the nationalists who considered the positions of the highest echelons of government Kubitschek as harmful to national interests.

---

\* Este artigo fundamenta-se em parcela do capítulo três de nossa tese de doutorado “*Um caso de desamor*”: o debate sobre a estatização do setor de energia elétrica – 1956-67, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2009.

Neste texto buscamos examinar o conteúdo dos embates entre os representantes dos segmentos sociais no Brasil denominados *privatistas* e *nacionalistas* ocorridos durante o governo Juscelino Kubitschek, principalmente quais eram os posicionamentos dos setores que defendiam a maior intervenção do governo em detrimento da iniciativa privada e o teor de suas críticas à equipe governamental kubitschekiana em relação às suas ações para o setor elétrico. A postura *privatista* dos integrantes do governo JK foi alvo de muitas divergências, não apenas dos altos escalões do governo, mas também entre os integrantes da própria burguesia que comungavam outros interesses e, portanto defendiam posições contrárias à posição dos acima citados. Suscitou também controvérsias entre integrantes da sociedade civil, que se manifestava por intermédio do Partido Comunista Brasileiro, de técnicos, intelectuais e políticos e cujas posições expressavam em jornais da época. Trata-se dos *nacionalistas*, que consideravam as posições dos mais altos escalões do governo Kubitschek como nocivas aos interesses nacionais. Se tais *nacionalistas* estavam afastados dos altos escalões do governo Juscelino Kubitschek, que espaço ocupava o ideário nacionalista no governo Kubitschek? Que nacionalismo era esse? Qual a relação desse nacionalismo com o que ficou conhecido como desenvolvimentismo? Nossa preocupação é, portanto, a de buscar entender qual nacionalismo e até mesmo se existiu um nacionalismo no governo Kubitschek. Tal preocupação está baseada na necessidade de entender, a partir do nacionalismo do governo JK, algumas medidas tomadas no seu governo em relação ao setor de energia elétrica.

## **1-Nacionalistas e a Eletrobrás**

Iniciaremos por apresentar os posicionamentos dos setores que defendiam a maior intervenção do governo em detrimento da iniciativa privada no setor elétrico.

Uma das figuras políticas de maior tradição no cenário brasileiro, que se coloca como defensor da iniciativa estatal para a expansão do setor, é a do então deputado federal pelo PSD, Francisco Saturnino Braga<sup>1</sup>. Seu parecer favorável ao projeto do PNE

---

<sup>1</sup> Os Saturnino Braga constituem uma tradição de longa data enquanto políticos e funcionários públicos da alta cúpula governamental e podemos tomá-los como exemplo dos segmentos de classe com poder de intervenção nas decisões relativas à coisa pública e o ideário que os move. Inicialmente eram grandes fazendeiros na região de Campos dos Goytacazes, no norte do Estado do Rio de Janeiro, e seus primeiros

praticamente resultou em sua aprovação, por unanimidade, na comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, em 24 de maio de 1955, do projeto que recebeu o n.º 4.277/54. Segundo o deputado, os estudos relativos a esse Plano revelavam “um trabalho criterioso e patriótico, digno de encômios”, demonstrando, com isto, sua anuência à proposta e à intervenção do Estado no setor elétrico. Acrescenta:

Relativamente à oportunidade de exame da matéria, só se tem a lamentar que a mais tempo não se tivesse cogitado de uma planificação semelhante, pois que o fornecimento de energia elétrica é fundamental e básico para o desenvolvimento da nação. (Revista do Clube de Engenharia, 1955, p. 21)

Para este relator da Câmara dos deputados, tratava-se “de um trabalho de fôlego, bem argumentado e confeccionado com os elementos que se dispunha, após esforço acentuado de colher e reunir o maior número possível de dados.”(Revista do Clube de Engenharia, 1955, p. 21) Relata ainda o deputado carioca que:

Para a sua elaboração foram estudados elementos fornecidos pela Divisão de Águas do departamento de produção mineral do ministério da Agricultura, pelo Conselho de Águas e Energia Elétrica, pelas administrações regionais e pelas empresas concessionárias. Levou-se ainda em consideração os custos levantados pelo IBGE. (Revista do Clube de Engenharia, 1955, p. 21)

Para ele, o PNE não excluía os planos estaduais, ao “contrário, complementa-os, fomenta sua elaboração onde não existam e articula-os de acordo com o interesse nacional.” (Revista do Clube de Engenharia, 1955, p. 21)

Ressalta ainda deste documento, o argumento constante na introdução, em que se demonstra a insuficiência de carvão mineral e petróleo para atender às demandas da crescente industrialização, decorrendo daí a necessidade de se recorrer à energia hidráulica. Tal alternativa, conforme esse argumento, ainda era a mais viável, apesar do enorme custo que representava a construção de barragens para a regularização de descargas dos rios.

---

descendentes integram a política logo no início da república, no governo de Nilo Peçanha, na qualidade de deputado federal. Tal condição os fez mudar-se para a cidade do Rio de Janeiro, então distrito federal. A geração seguinte já forma o primeiro engenheiro da família que se integra ao governo enquanto tal, assumindo grandes obras como portos, estradas e transportes, em um momento em que a hiper-tardia industrialização deslança as relações capitalistas no país. Seguindo a recente tradição, seu filho, Francisco Saturnino Braga, foi um dos fundadores do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), além de deputado federal pelo PSD carioca. Vinculado a Getúlio Vargas, reelegeu-se por três vezes deputado federal e só deixou a política quando perdeu as eleições para senador nos idos dos anos de 1960, embora a tradição saturnina tenha se mantido com a eleição de seu filho, também para deputado federal, mas pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 1962.

Eram exatamente tais custos que justificavam, segundo ele, a intervenção do Estado, pois o poder público era o único que dispunha de maiores capitais. O custo estimado para a implantação deste plano era da ordem de 32 bilhões e meio de cruzeiros, destinando-se cerca de 19 bilhões e meio de cruzeiros para obras denominadas preferenciais. Tais montantes equivaliam à receita do Fundo Federal de Eletrificação ao longo de 10 anos. (Revista do Clube de Engenharia, 1955, p. 21)

O artigo acerca do Plano de Eletrificação de São Paulo de Américo Barbosa de Oliveira<sup>2</sup>, datado de abril de 1955 (exatamente um ano após o envio do projeto da Eletrobrás ao Congresso, pelo presidente Vargas) traz uma visão otimista do futuro do setor de energia elétrica. Exalta o Plano Nacional de Eletrificação, observando que graças a este, os estados e municípios fariam um esforço financeiro pequeno. Vejamos:

De qualquer modo, para o estado e os municípios atuarem com firmeza na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica suplementando as atividades das empresas concessionárias, basta um esforço financeiro pequeno, pois o fundo federal de eletrificação já é uma realidade. Nessa parte do Plano [Nacional de Eletrificação] está colaborando o economista J. Soares Pereira. (PEREIRA, 1956, p. 147)

A referência ao economista Jesus Soares Pereira era uma clara demonstração de suas predileções estatistas, já que Pereira era, no setor elétrico, o *inimigo número um* dos *privatistas*, por ter elaborado o Plano Nacional de Eletrificação. Referência a Pereira à parte, o próprio Barbosa de Oliveira conclama estados e municípios a “atuarem com firmeza na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica”.

Em 1956, Jesus Soares Pereira, engenheiro que, em 1953, fora responsável pela formulação dos projetos para o setor elétrico, inclusive, pelo projeto da Eletrobrás e que no governo Kubitschek era coordenador da assessoria técnica do Ministério da Viação e Obras Públicas, escreveu um artigo intitulado “A Eletrobrás e o CNE”. Neste, Pereira responde as críticas feitas por Otávio Gouveia de Bulhões, membro do Conselho Nacional de Economia – destacado representante do pensamento privatista – de que a equipe da Assessoria Econômica de Vargas havia engavetado o parecer do CNE sobre os problemas

---

<sup>2</sup> Engenheiro e economista, fundou juntamente com Celso Furtado a revista Conjuntura Econômica. Ao lado de Furtado também atuou no Clube dos Economistas. Homem de tendências nacionalistas foi protagonista em intensos debates no pós-guerra contra os intelectuais intitulados a época de entreguistas.

do setor elétrico. Pereira, dentre outras coisas, afirma que o parecer do CNE coincidia com os interesses privatistas e que na sua visão esses nem sempre coincidem com os interesses nacionais:

Preparava-se o governo para encaminhar devidamente o problema para a solução conveniente aos interesses nacionais, sabia a opinião pública através dessas mensagens [ao Congresso 1951-52], e o fazia de forma discreta, já que o assunto estava em fase de estudos. Ao lado da descrição do governo, era o Congresso intensamente “bombardeado” pelas empresas concessionárias estrangeiras, com o parecer do CNE. Porque? Porque tal parecer coincidia com os seus interesses privatistas e, nunca é demais ressaltar, nem sempre esses interesses coincidem com os da Nação brasileira. Quem o ignora? (PEREIRA, 1956, p. 147)

Como é sabido, naquele início de governo JK, o debate acerca das questões do setor elétrico continuava acalorado. O governo JK havia mandado ao Congresso um projeto que buscava atender aos interesses das concessionárias estrangeiras de energia elétrica. Tal projeto era resultante do Grupo de Trabalho de Energia Elétrica (GTENE), do qual havia participado Bulhões. Nesse sentido, Pereira afirma:

O privatismo extremado do Conselho, em matéria de energia elétrica, condu-lo-á, agora, a apoiar proposição de um grupo de trabalho do Conselho de Desenvolvimento no sentido de, reajustando-se monetariamente o investimento das empresas concessionárias, em face da inflação, aumentar-se a remuneração de 10 para 12%, independentemente da gestão interna ou externa do patrimônio. Aceita que se remunerem capitais expressos em moeda de poder aquisitivo estável e aplicados em atividades monopolísticas, pela sua própria natureza, à taxa máxima de juros adotada pela legislação bancária nacional e sem qualquer ressalva quando se tratar de divisas. (PEREIRA, 1956, p. 149)

Anos mais tarde, em depoimento concedido por Jesus Soares Pereira ao jornalista Medeiros Lima, aquele lembra que “a Eletrobrás, durante o governo do Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, não recebeu nenhum impulso favorável,”(LIMA, 1975, p. 131) pois representantes do alto escalão do próprio governo trabalhavam contra:

Na verdade, a alta cúpula do BNDE, na época, se esforçava para que a Eletrobrás não vingasse. Pessoalmente tive oportunidade de debater esta questão com alguns de seus membros. Julgavam eles que o Banco estava apto não só a gerir os recursos como a conduzir em programa oficial de expansão dos sistemas elétricos, quer da União, quer dos estados, através de simples financiamento e de mera atuação de natureza bancária. Meu ponto de vista era diferente. Não só não achava que bastavam os recursos financeiros, como acreditava que estes não deveriam ser de exclusiva origem bancária. Impunha-se, antes de tudo, uma direção orgânica capaz de encarar as questões de todos os pontos de vista. Era exatamente isto que se estava pretendendo evitar. Uma direção orgânica, liderada

por uma empresa estatal, importava no fim da política tradicional das concessões, ferindo, portanto interesses grandes. (LIMA, 1975, p. 129)

A peculiaridade do depoimento de Pereira é desnudar a causa dessa luta contra a Eletrobrás: a intenção de alguns representantes do governo JK, caso de Roberto Campos, de evitar a estatização do setor elétrico, em benefício da manutenção do sistema de concessão do serviço de utilidade pública de energia elétrica – ou pelo menos o setor de distribuição de energia – nas mãos das concessionárias estrangeiras.

Discutindo a gestão dos recursos do FFE por parte do BNDE, Soares Pereira explicita o papel que este banco cumpre no período JK, ou seja, o de assumir, a partir da definição sobre sua destinação para os projetos das concessionárias estrangeiras de energia elétrica, a condução de uma parte substantiva da política econômica vinculada ao Plano de Metas:

Por que não marchava a lei? Porque ao Executivo não parecia conveniente o surgimento da Eletrobrás. [...] Enquanto a Eletrobrás não fosse criada, esses recursos [do FFE] seriam geridos pelo BNDE. Este então, como tive oportunidade de lembrar no decorrer destas nossas conversas, passou a trabalhar contra o surgimento da Eletrobrás. Era uma deturpação de sua função. Pessoalmente, discuti muito este aspecto da questão. O BNDE era apenas um organismo de financiamento. A solução do problema da energia elétrica exigia uma empresa específica; uma só, não, um *holding*. Um *holding* para comandar uma constelação de empresas, como é de fato hoje a Eletrobrás. Entretanto a máquina do Estado, através daquele órgão financeiro, se desinteressou da marcha do projeto. Foi uma falta grave por parte dos homens que cercavam o Dr. Juscelino Kubitschek. (LIMA, 1975, p. 159)

Demonstra, sobretudo, a deturpação das funções do BNDE, pois, no caso do setor elétrico, este órgão governamental deixava de ser um organismo de financiamento para ser um órgão gestor e executor de políticas. Pereira afirma em sua entrevista o que outros representantes do pensamento nacionalista já haviam afirmado, à época, ou em outras entrevistas, posteriormente: o BNDE não abria mão de concentrar os recursos financeiros do setor elétrico e apontar onde estes deveriam ser investidos, ou seja, a tendência do BNDE foi concentrar recursos nas grandes obras localizadas nas regiões mais desenvolvidas do país.

No entanto, isso não impediria o BNDE de beneficiar com seus recursos as concessionárias estrangeiras de energia elétrica. Essa possibilidade foi denunciada pelos que defendiam a maior intervenção do Estado, segundo ainda o plano de Vargas, a julgar

pelas palavras do jornalista e notório representante do pensamento nacionalista, Barbosa Lima Sobrinho:

As mensagens de Getúlio Vargas se dedicavam a dois problemas, o da criação do Fundo de Eletrificação e o da fundação da Eletrobrás. É obvio que a mensagem destinada à criação de recursos, com que financiar a expansão das fontes de energia elétrica, não demorou no seu trânsito pelas duas Casas do Congresso Nacional. O que não chegou a suceder à outra mensagem, que criava a Eletrobrás. [...] Mas bastaria demorar a criação dessa empresa pública, para que os recursos do imposto fossem se acumulando, estimulando o apetite das empresas estrangeiras que já funcionavam no Brasil e que representavam, nos cálculos de Jesus Soares Pereira, cerca de 85% da produção de energia elétrica no Brasil, como era o caso da *Light* e das Empresas Elétricas Brasileiras. Num jogo de mágica, bastaria retardar a criação da empresa pública, para que fossem surgindo os candidatos ao seu aproveitamento, nas empresas privadas estrangeiras. (QUEIROZ, 1997, p. 201)

Como podemos observar, para Barbosa Lima havia um interesse muito claro no retardo da criação da Eletrobrás: garantir que os recursos do FFE se mantivessem destinados às concessionárias estrangeiras atuando no setor de energia elétrica. E, devido a isso, o engavetamento:

A mensagem da criação da Eletrobrás ficou engavetada no Congresso Nacional, de 1954 a 1961, apesar de sua urgência, num momento em que o fornecimento de energia elétrica atravessava fases de escassez que chegavam ao racionamento, com enormes perdas para a economia nacional. (QUEIROZ, 1997, p. 201)

Inúmeras denúncias sobre os resultados da ausência de um plano para a destinação de recursos do FFE foram feitas na época, chamando a atenção para a sua conseqüente destinação para os cofres das concessionárias. Em 1956, num artigo intitulado “*O problema da energia elétrica*”, publicado pela Revista Brasiliense, Elias Chaves Neto fala nestes termos:

Qual o destino a ser dado a esta imensa soma de dinheiro, isto é, quais as obras que, com a mesma, deverão ser executadas é a primeira questão a ser resolvida. Portanto, a primeira questão é a elaboração de um plano. Nem se justifica que se criem impostos para a execução de obras que não foram sequer planejadas. Há aí uma inversão dos princípios fundamentais das finanças públicas (cujas receitas são calculadas em função da despesa) a qual só se explica pelo propósito já referido de se financiarem aquelas que estão sendo realizadas pela *Light* e a *Bond and Share*, dispensando-se, portanto, a existência de um plano; e este é o ponto de vista do governo, o qual vetou a emenda apresentada em plenário, conferindo-lhe o prazo de 180 dias para apresentação do plano. Resta saber se a atitude do governo é acertada. (NETO, 1956, p. 68)

No entanto, havia sim um plano: o PNE que havia sido elaborado pela Assessoria Econômica do presidente Vargas, comandada por Jesus Soares Pereira. A dificuldade

estava no fato do PNE ser boicotado pela equipe do BNDE empossada pelo governo Juscelino Kubitschek.

As denúncias de empréstimos do BNDE à *Light*, bem como o uso de recursos do FFE para financiamentos das obras de Furnas, onde a empresa canadense e a Amforp tinham participação, permeavam os editoriais da *Revista Brasiliense* em 1959:

Sem mencionar os 500 milhões de cruzeiros já adiantados à *Light* pelo Banco de Desenvolvimento Econômico[...].Tudo isso sem mesmo se levar em conta o empréstimo de 9 bilhões de cruzeiros, sendo 3 bilhões e 300 milhões fornecidos com os recursos próprios do Banco de Desenvolvimento Econômico e o restante por conta do Fundo Federal de Eletrificação, feito à Central Elétrica de Furnas, sociedade mista da qual fazem parte *Light* e *Bond and Share*, juntamente com o governo federal e os governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais. (NETO, 1959, p. 34)

Observa-se, assim que, dentre os temas que causavam polêmica entre os envolvidos no debate sobre o setor elétrico, destaca-se a discussão sobre qual era o espaço e em que condições o Estado deveria interferir no referido setor da economia. Nesse campo, encontramos as críticas dos setores que defendiam que o Estado atuasse mais intensamente na geração e transmissão de energia, enquanto as concessionárias operassem na distribuição. Tal configuração nos parece apontar indícios da situação paradoxal que viveu o governo Kubitschek. Paralelamente ao investimento de grandes somas num projeto importante como a construção de FURNAS, tinha, entre seus membros convictos, detratores do projeto de criação da Eletrobrás.

De qualquer forma, para os colaboradores da *Brasiliense* “a política do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, no setor de eletricidade, era ditada pelos interesses das empresas estrangeiras”(OHLWEILER, 1959, p. 18), embora estas não manifestassem interesse direto no campo da produção e transmissão de energia elétrica, mantendo-se apenas no setor da distribuição por ser mais lucrativo. Otto Alcides Ohlweiler destaca que era:

Conhecida a tendência das empresas estrangeiras de eletricidade se limitarem cada vez mais ao serviço de distribuição de energia elétrica nos grandes centros em que operam, deixando ao poder público a tarefa de produzir e transmitir. Dessa forma, as concessionárias aumentaram enormemente a receita de energia vendida, sem a necessidade de promover investimentos. Os investimentos feitos para gerar e transmitir a energia passaram a ser custeados pelo poder público, vale dizer pelo contribuinte brasileiro. A campanha no sentido de que o poder público se restrinja à produção, transmissão e venda em grosso de energia elétrica às concessionárias estrangeiras para que somente estas façam a distribuição ao



consumidor, é uma campanha financiada pelas empresas estrangeiras. (OHLWEILER, 1959, p. 18)

Portanto, segundo ele, os altos custos da instalação de capacidade de geração e expansão de energia elétrica recairiam sobre o poder público, enquanto as concessionárias distribuiriam a energia com maiores lucros, e daí a crítica que fazem ao papel do BNDE, pelo privilégio das concessionárias estrangeiras no uso do dinheiro público:

Ora, o BNDE é uma autarquia federal, Seu patrimônio é, fundamentalmente, formado com os tributos pagos pelo povo. O que se vê, por conseguinte, é que, em última análise, é o povo que está dando ao poder público os meios para construir usinas e linhas de transmissão e, depois, vender em grosso o fluido às empresas estrangeiras. Se, por acaso, as empresas estrangeiras, elas mesmas, se resolvem construir usinas e linhas de transmissão, é ainda o contribuinte brasileiro que, através dos empréstimos fornecidos pelo BNDE, entra com os recursos. De fato, esta orientação do órgão federal de crédito é atentatória aos legítimos interesses nacionais e tem de ser modificada. (OHLWEILER, 1959, p. 19)

As críticas não se resumiam ao ônus do poder público, mas também ao fato do governo, através do BNDE, financiar projetos de ampliação de capacidade geradora da *Light and Power* e da Amforp que deveriam já ter sido efetuado por estas empresas em anos anteriores<sup>3</sup>.

Observa-se assim que, quando assumiam a ampliação da capacidade de geração de energia, também isto era financiado por BNDE, e neste sentido voltava à carga Elias Chaves Neto, em 1959, nas páginas da *Revista Brasiliense*, relativamente a obras em gestação por aquelas empresas em Minas Gerais:

Assim é que além de já ter o Banco de Desenvolvimento Econômico feito à *Bond and Share* diversos empréstimos que se elevam a mais de 250 milhões de cruzeiros, acha-se, em negociações com aquela empresa para a realização de um empréstimo de cinco bilhões de cruzeiros, a ser concedido metade pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e metade pelo *Eximbank*, com o aval do Banco de Desenvolvimento, para a terminação das obras que aquela empresa está construindo em Peixoto, no Rio Grande, com uma potência de 400 mil kw. (NETO, 1959, p. 34)

Dentre os críticos do BNDE encontravam-se também os advindos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que apoiavam “de forma crítica” a política desenvolvida pelo governo JK. Em 1958, em documento deste partido anunciavam:

---

<sup>3</sup> Nos anos 70 estas empresas deixarão definitivamente de ter a responsabilidade de investir na geração e transmissão de energia.

O governo tem desenvolvido, apoiado no povo, formas nacionais e progressistas de capitalismo de Estado, a exemplo da Petrobrás e de Volta Redonda. O Capitalismo de Estado vem sendo um elemento progressista e antiimperialista na política econômica do governo, mas este ainda permite que empresas de capitalismo de Estado realizem uma política favorável ao imperialismo, como no caso dos financiamentos do BNDE ou da distribuição, pelos trustes, da energia produzida nas centrais elétricas estatais. (CARONE, 1982, p. 180)

Os comunistas brasileiros manifestavam-se críticos em relação as concessões realizadas pelo governo Kubitschek aos interesses imperialistas. No entanto destacam a vitória das forças *nacionalistas* com a encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG) pertencente à Amforp. Neste sentido, manifestou-se Luis Carlos Prestes, num artigo para a *Revista Novos Rumos*, em 1959:

O governo do sr. Kubitschek continua realizando concessões ao imperialismo norte-americano e recusando-se a atender aos reclamos da maioria da nação no sentido de alterações substanciais na sua orientação política. Entretanto, importantes conquistas parciais tem sido assinaladas pelas forças patrióticas. Além do êxito concreto que constitui a defesa do petróleo brasileiro contra as investidas dos trustes, um passo adiante acaba de ser dado com a encampação da CEERG, subsidiária da *Bond and Share*, pelo governo do Rio Grande do Sul, ato que representa profundo golpe no monopólio estrangeiro de energia elétrica. (CARONE, 1982, p. 203)

A reação popular causada pela encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, em Porto Alegre, era tamanha que levava as multidões a aplaudir o desfraldar da bandeira brasileira no prédio da antiga concessionária da Amforp naquele estado, como lembrou o jornalista e deputado Barbosa Lima Sobrinho, num artigo publicado nas suas colunas no Jornal do Brasil:

Estudantes e o povo tomam parte na luta, que é de todos. O sentimento nacionalista é tão poderoso, que o Secretário de Viação do Governo Brizola, ao tomar conta dos escritórios centrais da empresa, mandou hastear a bandeira brasileira no mastro do edifício, sob os aplausos da multidão, que se reuniria defronte do prédio da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense. O povo do Rio Grande sabe que pelega pelo Brasil, nesse episódio em que tem a coragem de enfrentar um dos mais poderosos trustes de energia elétrica do mundo. (SOBRINHO, 1981, p. 37)

O governo sul-rio-grandense realizou, inicialmente, o tombamento físico e contábil da empresa, segundo o que a legislação permitia. Na busca por um entendimento entre as partes, o Estado e a companhia, não avançaram, devido às posições irredutíveis das partes. Destarte, em 13 de maio de 1959 o Diário Oficial, de Porto Alegre, divulgou o que viria a se tornar matéria de repercussão mundial: o decreto de desapropriação da filial da *Bond &*

*Share* no Rio Grande do Sul, com alvará do Presidente da República, pelo preço simbólico de um cruzeiro, que fora fundado, diminuindo-se as contribuições populares espontâneas, na colocação de fios e postes, doações territoriais, ressarcimento do pessoal, multas, remessa de lucros acima do legalmente permissível e a depreciação dos materiais. A soma dessas deduções excedeu o valor do acervo da companhia. O saldo da companhia junto ao poder público era negativo. Era o Estado credor da companhia, aplicado o critério do *custo histórico*, que a legislação brasileira, vigente no momento, consagrava. A repercussão negativa junto ao governo norte-americano e à comunidade internacional foi grande. O Secretário do Tesouro Estadounidense, Douglas Dillon, por exemplo, ponderou o fato como um mau exemplo para os demais países latino-americanos, pois, àquela época, nem mesmo Cuba, já sob o governo de Fidel Castro, havia abraçado postura análoga. Inquirido pelo presidente Juscelino Kubitschek, o governador Leonel Brizola explicou-lhe que fora o Judiciário que imitara o Estado do Rio Grande do Sul na posse e não se tratava, deste modo, de um ato discricionário do Executivo. Cabia à companhia proteger-se com as armas legais, dentro da Constituição.

A histeria dos meios de comunicação de massa de linhagem conservadora manifestou-se de forma cada vez mais intensa, transmitindo a notícia da encampação da companhia inclusive para fora do País. Por outro lado, Brizola revelou pormenores que escandalizaram todo o país: o que a contabilidade da empresa apresentava, em matéria de fraudes, era espantoso.

O PTB e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) cerraram fileiras junto ao governador Brizola. Porém, vários representantes dos altos escalões do governo federal manifestaram-se veementemente contrários à posição do governador gaúcho, demonstrando assim as divergências claras entre os técnicos do governo partidários de posturas privatistas, como, por exemplo, de um lado, Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões e, de outro, elementos da coligação que apoiava o governo, como era o caso do então governador do Rio Grande do Sul pelo PTB, o sr. Leonel Brizola.

Além das páginas da Revista Brasiliense, dos documentos do PCB e das memórias de técnicos identificados com o pensamento nacionalista, encontramos significativos exemplos das posições contrárias aos benefícios concedidos às empresas estrangeiras, mas estas expressavam tendências sociais muitas vezes contraditórias entre si.

Observa-se isto, por exemplo, comparando-se duas críticas às concessões acima aludidas. O periódico *Semanário* – ligado ao Partido Socialista Brasileiro e a rede de jornais de propriedade de Assis Chateaubriand.

Os argumentos do *Semanário* tinham um cunho social, voltado para a denúncia da diferença entre o tratamento dado ao lavrador brasileiro e a essas multinacionais, no que tange aos empréstimos do BNDE. Assim, quando a prefeitura do então Distrito Federal concede, através de seu Banco, um empréstimo de 60 milhões de cruzeiros, sem juros, à *Light*, o *Semanário* publica matéria denunciando a contradição entre este fato e a inacessibilidade dos lavradores aos mesmos benefícios.

O Banco da prefeitura do Distrito Federal acaba de emprestar mais de 60 milhões de cruzeiros à “pobrezinha” da *LIGHT*, SEM JUROS. Nenhum brasileiro ou empresa nacional consegue isto. Só americano. Com esse empréstimo, o Banco completa a quantia 200 milhões dados à *Light*, sem juros. Neste país, quem manda mesmo são os americanos, Embaixada americana, o governo americano e seus lacaios que estão no poder. Enquanto sai tanto dinheiro fácil para uma empresa estrangeira, os lavradores do Sertão Carioca não conseguem empréstimos mínimos para as suas lavouras, nem a indenização que o prefeito prometeu, em face dos prejuízos por eles sofridos. Só se eles se naturalizarem norte-americanos, conseguirão dinheiro, pois a Embaixada dos “States” está aí para isso.<sup>4</sup>

Por outro lado, as críticas de Chateaubriand demonstram sua posição de classe a favor das multinacionais. O fato do BNDE ter imposto cláusula de condicionamento a novos empréstimos às companhias estrangeiras de energia elétrica desencadeou uma verdadeira campanha de desqualificação dos novos diretores, capitaneada na imprensa por Assis Chateaubriand. Este, por meio de sua rede de jornais, atacava diretamente aqueles dirigentes, porque, a partir de sua posse, os empréstimos só poderiam ser feitos com a garantia de participação do banco estatal como acionista da empresa e não apenas após análise de crédito.<sup>5</sup> Tal postura mereceu rebates do *Semanário*, e é por meio destes rebates que adentramos às posturas adotadas por Chateaubriand. Tratava-se da negação de um empréstimo à *Bond and Share*:

Através de sua cadeia de jornais, o sr. Assis Chateaubriand está escrevendo uma série de artigos contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, com a violência de suas habituais campanhas de chantagista inveterado. O BNDE, segundo afirma, está dominado por comunistas e criptocomunistas, que para ali

---

<sup>4</sup> Matéria assinada por José Frejat na edição de 31 de Outubro de 1959. *Semanário*, 31 de Outubro de 1959, ano IV, nº 183, p. 2. Arquivo Biblioteca Nacional.

<sup>5</sup> *Ibid.* p.2.

afluíram com a posse do Almirante Lúcio Meira no cargo de presidente da Instituição.<sup>6</sup>

As denúncias partidas de diversos colunistas da *Revista Brasiliense*, da imprensa *nacionalista* a exemplo do *Semanário* e do PCB, dentre outros referidas acima, de fato se concretizam, pois muitos empréstimos e recursos do FFE foram destinados às concessionárias estrangeiras de energia elétrica. O fato é que, como já foi dito, os que defendiam o aumento da responsabilidade do Estado, ou seja, os *nacionalistas* estavam afastados dos altos escalões, sobretudo, no setor elétrico (MARANHÃO, s.d., p.105) e pouco puderam fazer para evitar o sucesso das teses privatistas e a utilização dos recursos do FFE pelas concessionárias estrangeiras de energia elétrica.

## **2-Nacionalismo e o governo Juscelino Kubitschek**

Voltamos as perguntas iniciais: se tais *nacionalistas* estavam afastados dos altos escalões do governo Juscelino Kubitschek, que espaço ocupava o ideário nacionalista no governo Kubitschek? Que nacionalismo era esse? Qual a relação desse nacionalismo com o que ficou conhecido como desenvolvimentismo? Nossa preocupação é, portanto, a de buscar entender qual nacionalismo e até mesmo se existiu um nacionalismo no governo Kubitschek. Tal preocupação está baseada na necessidade de entender, a partir do nacionalismo do governo JK, algumas medidas tomadas no seu governo em relação ao setor de energia elétrica.

A literatura posta até o presente momento sobre o tema é vasta. Diversos autores já se debruçaram sobre a questão do nacionalismo e do desenvolvimentismo no período kubitschekiano.

Em suas análises, Nelson W. Sodré e Leôncio Basbaum, por exemplo, entendem o governo JK como um grande aliado do capital estrangeiro e, portanto, um governo *entreguista*, para usar o termo em voga nos anos 1950.

Não há d vida sobre a posi o de Nelson Werneck Sodré ao avaliar o elemento que sintetiza a política econômica do governo Kubitschek e conseqentemente seu potencial nacionalista, ou seja, o Plano de Metas. Para o historiador o:

---

<sup>6</sup> Matéria assinada por Ivado Falconi. *Semanário*, 26 de dezembro de 1959, ano IV, n  191, p. 4. Arquivo Biblioteca Nacional.

Plano de Metas foi, assim, a forma pela qual o Estado, no Brasil, se prestou a servir ao imperialismo, agora em escala descomedida. Nele, não é o interesse nacional que constitui a base, mas o interesse externo, levando a ostensivas e claras deformações do processo de industrialização, porque estávamos na fase em que o imperialismo se associaria ao processo industrial, como meio adequado de participar da renda auferida no mercado interno, agora principal. (SODRÉ, 1967, p. 330)

Como podemos observar não há, nas ponderações de Nelson Werneck Sodré, a menor possibilidade de enxergar no governo Kubitschek posições nacionalistas. Para Sodré, afirmamos mais uma vez, o presidente Kubitschek foi um grande aliado do capital estrangeiro.

Também para o historiador Leôncio Basbaum a política de penetração do capital estrangeiro de JK levou à desnacionalização, pois os números de crescimento econômico alcançados ao longo desse governo significaram os altos lucros dos donos de grandes fortunas, dos banqueiros e, por outro lado, o empobrecimento da população. (BASBAUM, 1976, p. 225, v. III) Segundo este autor

*A desnacionalização da indústria, a alienação da burguesia brasileira, fortalecendo a UDN pela formação da nova classe dos dirigentes brasileiros de empresas estrangeiras, diretores, engenheiros, advogados, public-relations, os quais passavam assim a defender os interesses dos seus associados patrões americanos. (BASBAUM, 1976, p. 225, v. III)*

Já Octavio Ianni entende o nacionalismo juchelinista como tático, resultante de uma necessidade oriunda de compromissos políticos com o PTB, por exemplo. Para ele o “compromisso nacionalista” levado a cabo por Juscelino “era apenas e exclusivamente ideológico e tático. Era muito mais uma concessão às forças políticas com as quais Kubitschek teve de jogar (PTB, PCB e PSD), devido às contingências do processo político”.<sup>7</sup>

A análise de Miriam Limoeiro Cardoso demonstra que no pensamento kubitschekiano o nacionalismo é definido pelo desenvolvimento. A autora conclui que o

---

<sup>7</sup> Mais do que isso, Ianni afirma que o nacionalismo das referidas forças políticas era *principalmente* ideológico não correspondendo a uma visão mais clara das possibilidades reais da economia brasileira. Igualmente tal nacionalismo era retórica política ao não se estabelecer sobre uma interpretação objetiva da realidade nacional. Sendo assim, para Ianni, é possível entender o não aprofundamento da contradição entre a ideologia nacionalista e a política econômica internacionalizante. De um lado as chamadas forças políticas nacionalistas não haviam organizado uma interpretação objetiva das condições e possibilidades da economia nacional. E de outro a política econômica orientada por estruturas de dependência e relações imperialista estava gerando um surto notável de desenvolvimento econômico, do qual, conseqüentemente setores da burguesia brasileira, da classe média e do próprio operariado estavam se beneficiando. Cf. (IANNI, 1971, p. 191.)

nacionalismo contido na ideologia do desenvolvimento kubitschekiano é *internacionalista* e *anticomunista*. *Internacionalista* porque o nacionalismo se volta para a questão do desenvolvimento – que não está posta em termos de exploração e sim de inferioridade de um país em relação ao outro – e se o processo de desenvolvimento necessita da participação do capital estrangeiro então, conseqüentemente o nacionalismo tem de aceitar a auxílio internacional. Além disso, como tal nacionalismo define-se pelo desenvolvimento este é percebido como um processo de combate tenaz à subversão, uma vez que se entende que essa seja resultado do subdesenvolvimento .O nacionalismo que ampara esse desenvolvimento é, portanto, contrário à subversão. Como a subversão é identificada com comunismo, ele é um nacionalismo *anticomunista*. (CARDOSO, 1977, p. 207-8)

O texto de Maria Victoria de M. Benevides – considerado um clássico da interpretação do governo JK – não acrescenta muito acerca da questão do nacionalismo no período kubitschekiano. A autora praticamente endossa a análise de Miriam Limoeiro Cardoso. Para Benevides, o pensamento do presidente Juscelino Kubitschek não previa incompatibilidade entre a prosperidade e pretensões dos países ricos e o desenvolvimento dos mais pobres. Importava, para o presidente, segundo a autora, a busca por parte do Brasil da parte que lhe cabia na divisão do “bolo”, e nesse sentido estava em questão para ele a racionalidade e não as barreiras nacionais. (BENEVIDES, 1979, p.240-1)

Ricardo Maranhão e Sonia Draibe, cada um da sua forma observam o governo JK como um governo responsável por uma grande penetração de capital estrangeiro. A análise de Ricardo Maranhão defende que a ideologia desenvolvimentista e nacionalista conduzida pelo governo Kubitschek buscava encobrir o processo de inauguração de uma dinâmica monopolista dominada por centros exteriores com a conseqüente sujeição do capital nacional ao estrangeiro. Segundo essa análise havia ainda outras vertentes presentes no governo JK que tendiam a ver nacionalismo como batalha contra o capital estrangeiro. (MARANHÃO, 1994, p. 266-7) Pelo que observamos, a partir do aprofundamento do exame de nossas fontes, especificamente no que se refere ao embate entre essas correntes acerca das soluções dos problemas para o setor elétrico, os que batalhavam contra o capital estrangeiro ocupavam uma posição marginal no governo.

A análise de Sonia Draibe demonstra que a política econômica kubitschekiana privilegiou a entrada maciça de capital estrangeiro que, sob o invólucro do

desenvolvimentismo, gerou intensa internacionalização da economia. (DRAIBE, 1985, p. 251)

Nilson de Souza entende o governo JK como contraditório: projeto nacional *versus* aumento da participação ao capital estrangeiro: ao mesmo tempo em que o governo sustentava um projeto nacional, abria espaço para o aumento do capital estrangeiro. Sendo assim, os interesses do capital estrangeiro entravam em conflito com a base de massa da aliança que levara JK ao poder, sobretudo representada pelo PTB.

Entendemos serem pertinentes as afirmações (recentes) de Lúcio Flavio de Almeida. (ALMEIDA, 2006, p.193-206) Para o autor, o nacionalismo kubitschekiano era peculiar. Era um pensamento influenciado pelas concepções cepalinas; combatia o neocolonialismo; era um adepto do intervencionismo estatal; favorável ao capital estrangeiro; anticomunista e antimonetarista.

Tais peculiaridades do nacionalismo kubitschekiano podem ajudar a explicar a posição do governo em relação às concessionárias estrangeiras de energia elétrica? Entendemos que sim. No setor de energia elétrica, mais especificamente, o que observamos é uma tendência à busca da conciliação com os interesses das concessionárias estrangeiras de energia, o chamado de “Pacto de Clivagem”.<sup>8</sup>

O governo JK era um adepto da presença do capital estrangeiro no país para colaborar com o desenvolvimento. O setor de energia elétrica não era visto como exceção. De fato, os nacionalistas que se encontravam, digamos, marginalizados no centro diretivo do governo JK eram aqueles para os quais nacionalismo era sinônimo de combate ao capital estrangeiro. No que se refere ao setor elétrico, o combate à participação das concessionárias estrangeiras de energia elétrica no Brasil. Os chamados *defensores do nacionalismo positivo* ocupavam as posições-chave do governo – exemplos de Lucas Lopes e Roberto Campos.

---

<sup>8</sup> Tal modelo configura o que Nivalde de Castro denominou “pacto de clivagem”, referindo-se à existência de um acordo tácito entre a iniciativa privada e o Estado. Este autor, que avaliou pormenorizadamente o projeto da Eletrobrás, considera que a novidade constituía-se na separação de atividades que satisfazia a ambos, ou seja, proporcionava uma sobrevida às concessionárias estrangeiras de energia elétrica e ajusta-se ao padrão estatal, uma vez que permitia o acesso do governo na atividade de geração de energia elétrica, concomitantemente. Á medida que fosse contraindo capacidade técnica, gerencial e financeira, o Estado, poderia, no futuro, ampliar sua ação na distribuição, até ter completo comando de toda cadeia produtiva. Cf. (CASTRO, 1985)



## Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **Uma Ilusão de Desenvolvimento – Nacionalismo e Dominação Burguesa nos Anos JK**. Florianópolis: UFSC. 2006.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975/76, Volume IV.

BENEVIDES, Maria V. de M. **O governo Kubitschek – Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARONE, Edgard. **A República liberal (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1985.

\_\_\_\_\_. **O PCB – 1943 a 1964**. São Paulo: Difel, 1982.

CASTRO, Nivalde. **O setor de energia elétrica no Brasil: a transição da propriedade privada estrangeira para a propriedade pública (1945-1961)**. Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil - 1930-1960**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil - 1930-1970**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

LIMA, Medeiros (org.). **Petróleo, energia elétrica e siderurgia: a luta pela emancipação – um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

MARANHÃO, Ricardo. **O Governo Juscelino Kubitschek**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Capital estrangeiro e o estado na eletrificação brasileira: a Light 1947 – 1957**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, s. d. Mimeo.

NETO, Elias Chaves. **Editorial**, Revista Brasiliense, nº 3, jan-fev 1956

NETO, Elias Chaves. **A encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense**, Revista Brasiliense, 1959, nº 23 maio-jun.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Por uma política nacionalista no setor da eletricidade**, Revista Brasiliense, 1959, n 21, jan-fev

PEREIRA, Jesus Soares. **A Eletrobrás e o CNE**, in: Revista Econômica Brasileira, v. 2 , 1956, nº 3

QUEIROZ, Edson Teixeira. **Antologia de Barbosa Lima Sobrinho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA. nº 227, 1955, p. 21.

SOBRINHO, Barbosa L. **Estudos Nacionalistas**, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1981.

SODRÉ, Nelson W. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Nilson Araújo. **A longa agonia da dependência**. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 2004.